

O Sofrimento Psíquico no Trabalho de Professores de Uma Universidade Federal no Brasil: Um Estudo à Luz da Sociologia Clínica e da Psicodinâmica do Trabalho

Psychic Suffering in the Work of Professors at a Federal University in Brazil: The Perspective of Clinical Sociology and Psychodynamics of Work

Raissa Mariano César
Pedro Jaime
Marcelo Barbosa César
Carmen Ligia Cesar Lopes Torres
Mariana Lima Bandeira

Recebido em: 30/09/2024
Aprovado em: 27/12/2024

RESUMO

Abordando a relação entre a atividade docente no ensino superior público e o sofrimento psíquico no trabalho, este artigo traz os resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa, ancorada nos pressupostos teórico-epistemológicos da sociologia clínica e da psicodinâmica do trabalho. Partindo de estudos anteriores e visando pensar os nexos entre o contexto societal, a organização do trabalho e as respostas psíquicas dos professores, o problema de pesquisa foi estruturado a partir das seguintes perguntas de investigação: a) Quais situações desencadeiam sofrimento psíquico no trabalho entre professores(as) de universidades públicas federais brasileiras? b) Como esses professores(as) vivenciam essas situações e quais ações colocam em prática para fazer face a elas? Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas de tipo compreensivas com docentes de uma universidade pública brasileira localizada na região Centro-Oeste e observação direta de seu contexto de trabalho. O foco central da análise foi colocado nas experiências intersubjetivas dos entrevistados, levando em consideração como elas afetam o sujeito e sua relação com seu ambiente laboral. Os resultados evidenciam que os docentes sofrem não pela natureza do trabalho, mas pela impotência em transformar as suas condições de trabalho, diante da precarização crescente à qual estão submetidos. Esta precarização tem reflexos nas relações interpessoais, que passam a ser marcadas por disputas entre colegas em decorrência de uma lógica gerencial competitiva que, cada vez mais, atinge o universo do ensino

Raissa Mariano César 
raissamariano@gmail.com
Doutorado em Administração
Centro Universitário FEI
Goiânia / GO – Brasil

Pedro Jaime 
pedrojaime@uol.com.br
Doutorado em Antropologia Social (USP) e em Sociologia e Antropologia (Université Lumière Lyon 2)
São Paulo / SP – Brasil

Marcelo Barbosa César
professormarcelocesar@gmail.com
Doutorado em Administração 
Centro Universitário FEI
Goiânia / GO – Brasil

Carmen Ligia Cesar Lopes Torres
carmenligiatorres@gmail.com
Doutorado em Administração 
Centro Universitário FEI
São Paulo / SP – Brasil

Mariana Lima Bandeira
limabandeira.mariana@gmail.com
Doutorado em Administração 
Fundação Getúlio Vargas, FGV (EBAPE – Escola)
Quito / Pichincha – Equador

RESUMO

superior público. Observa-se, ainda, que o contexto político do país imediatamente anterior à época da pesquisa, realizada em 2023, agravou ainda mais o sofrimento psíquico dos docentes. De acordo com a psicodinâmica do trabalho, a intensa pressão originada pela organização do trabalho pode comprometer a busca de equilíbrio psíquico interno dos indivíduos, levando-os ao sofrimento chamado de patogênico. Nestes casos, o trabalho deixa de ser fonte de saúde mental para ser geradora de adocimento mental ou psicossomático. O estudo revela ainda que os efeitos do sofrimento psíquico podem ser observados nas dores físicas, depressão, ansiedade, síndrome de Burnout, levando em casos extremos à desistência da carreira de professor do magistério superior.

Palavras chaves: Carreira Docente, Professores do Ensino Superior, Sofrimento Psíquico no Trabalho, Sociologia Clínica, Psicodinâmica do Trabalho

ABSTRACT

This article explores the relationship between teaching activities in public higher education and psychic suffering in the workplace. The qualitative research is grounded in theoretical-epistemological assumptions of clinical sociology and the psychodynamics of work. The research questions guiding the study were: a) What situations cause psychic suffering at work among faculty members at federal public universities in Brazil? b) How do these professors cope with such situations, and what strategies do they adopt? Semi-structured comprehensive interviews were conducted with faculty members from a public university in the Central-West region of Brazil, complemented by direct observation of their work environment. The central focus of the analysis was placed on the intersubjective experiences of the interviewees, considering how they affect the individual and their relationship with their work environment. The findings indicate that the source of psychic suffering is not the nature of the work itself, but rather the sense of powerlessness to change working conditions, which has been exacerbated by increasing precariousness. This situation impacts interpersonal relationships, often marked by conflict and competition among colleagues, a result of the managerial logic that has become prevalent in public higher education. It has been noted that the political climate of the country prior to the research period, conducted in 2023, further intensified the professor's psychic suffering. In accordance with the psychodynamics of work, the significant pressure resulting from work organization can disrupt individuals' efforts to achieve internal psychological balance, often resulting in what is termed pathogenic suffering. In such instances, work transitions from being a source of mental well-being to a catalyst for mental or psychosomatic disorders. The study also indicates that the repercussions of psychological suffering can manifest as physical pain, depression, anxiety, and burnout syndrome, which, in extreme cases, can lead to the abandonment of a career in higher education teaching.

Keywords: Professors Career, Higher Education Professors, Psychic Suffering at Work, Clinical Sociology, Psychodynamics of Work.

Introdução

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), a depressão¹ é uma das principais doenças causadoras de afastamento no trabalho. Ainda segundo o próprio órgão internacional, ela afeta mais de 264 milhões de pessoas de qualquer idade e em todos os continentes (OMS, 2020), ou seja, cerca de 3,37% da população mundial. No Brasil, os dados são mais preocupantes, uma vez que 5,8% da população sofre de depressão, ou seja, 11,5 milhões de pessoas. Este é o maior índice na América Latina e o segundo maior nas Américas, menor apenas que o dos Estados Unidos (FIOCRUZ, 2017). Dados de um levantamento empreendido em 2024 pelo Ministério da Previdência Social evidenciam que o país registrou mais de 470 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais, especialmente ansiedade e depressão. Isso corresponde a um aumento de 68% em relação ao ano anterior, configurando uma crise de saúde mental que levou o Governo Federal a tomar medidas mais duras, como a atualização da NR-1, que dispõe sobre as diretrizes referentes à saúde no ambiente de trabalho. A partir de agora o tema passa a ser fiscalizado nas empresas e pode, inclusive, ser objeto de multa (CASEMIRO; MOURA, 2025).

Os transtornos depressivos vêm se tornando uma das principais causas de perdas de saúde não fatal. Entre 1990 e 2007, identificou-se um aumento de 33,4% no número de anos vividos com incapacidade, medido pelo YLDs² (*Years Lived with Disability*), considerando todas as idades. Por estes dados, verificou-se que a depressão se tornou a terceira e uma das principais causas de YLDs em 2007 (JAMES, et al. 2018).

Juntos, o estresse, a depressão e a ansiedade se apresentam como as principais causas que interrompem as atividades de trabalho e são responsáveis por 46% do absenteísmo. Uma pesquisa recente realizada no Reino Unido comparou o nível de estresse experimentado por profissionais em vários tipos de profissões e concluiu que os professores tinham duas vezes mais estresse, depressão e ansiedade do que a média dos outros profissionais (BAPTISTA, et al., 2019).

1 Doença psiquiátrica crônica e recorrente, caracterizada pela alteração do humor e por uma tristeza profunda e sentimentos de desesperança. A classificação da depressão no Código Internacional de Doença é F-33.

2 YLDs - Years Lived with Disability – Anos Vividos com Deficiência. Refere-se também a abrangência da incidência e prevalência em anos da incapacidade conforme o Estudo Global de Carga de Doenças, Lesões e Fatores de Risco (2017).

Em outra investigação, agora considerando o ambiente das instituições de ensino superior no Brasil, Soares, Oliveira e Batista (2017) apontam que os professores podem ser considerados, em grupo, uma categoria profissional com tendência à depressão. Conforme os autores, essa realidade está associada às condições de trabalho a que os docentes estão expostos no seu ambiente laboral. Por causa disso, verifica-se o constante aumento do tratamento por meio de psicofármacos.

Ao se considerar o universo de trabalho dos professores, alguns fatores do entorno podem ser entendidos como estressores, tais como a necessidade contínua de formação, bem como a demanda por intervenção do profissional no ambiente social vivido. Ainda que os fatores geradores de estresse e de outros problemas psíquicos estejam relacionados ao mundo do trabalho do professor, não se pode relacionar as causalidades exclusivamente a uma situação interna ou externa, uma vez que as capacidades profissionais e humanas exigidas para o ofício docente ultrapassam o ambiente laboral (SOARES; OLIVEIRA; BATISTA, 2017). As respostas, individuais ou coletivas, passam por aspectos psíquicos que afetam o desejo pelo reconhecimento, as construções identitárias, as estratégias de sublimação e a racionalidade prática (BUENO; MACÊDO, 2012), só para citar alguns.

No Brasil, o professor do ensino superior vem enfrentando um ambiente crescentemente competitivo, com a presença de fatores estressores e causadores de adoecimento (SOARES; OLIVEIRA; BATISTA, 2017). Delprato e Chudgar (2018) advertem que os aspectos relacionados às demandas de qualificação dos professores das instituições de ensino superior públicas e privadas vão além das necessidades de aprendizagem, podendo ser percebidos como centrais para o desenvolvimento profissional e o crescimento na carreira.

Lima e Lima-Filho (2009) identificam que as relações entre o processo de trabalho docente e o possível adoecimento físico e mental em professores de uma universidade pública são decorrentes das condições do trabalho. Os autores ressaltam o desgaste psicológico e a exaustão emocional, entre outras consequências do exercício da atividade profissional.

Todas estas situações observadas no ambiente laboral da educação superior se configuram como fatores psicossociais do trabalho e geram sobrecargas de trabalho físicas e mentais. Como efeito elas trazem consequências para a satisfação, saúde e bem-estar dos trabalhadores (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). A natureza e o en-

torno do trabalho do professor universitário no Brasil contam com aspectos comuns com a profissão no âmbito internacional, tais como a visão crítica dos sistemas sociais, as pressões por gerar conhecimento e publicar (LEE, 2014), estar sempre atualizado (LIESA-ORÚS et al, 2020), dar aulas, além de lidar com conflitos naturais com o grupo de trabalho (SMITH; FREDRICKS-LOWMAN, 2019; HEFFERNAN; BOSETTI, 2021). No entanto, há diferenças na prática da profissão docente de ensino superior no Brasil, especialmente quando se trata do exercício da profissão em instituições públicas. O cenário mostra-se adverso em muitos aspectos, apresentando várias dificuldades quanto à infraestrutura (DE NEGRI; CAVALCANTE; ALVES PATRICK, 2013), ao acesso a recursos, à relação da academia com a sociedade e ainda no que se refere às políticas governamentais relativas ao ensino superior (MANCEBO; MAUÉS, 2006; DEUS, 2020). Neste sentido, Baptista et al (2019) evidenciam que no Brasil há um número maior de docentes acometidos por doenças psíquicas em universidades públicas em relação a universidades privadas.

Levando-se em consideração o que foi exposto, acredita-se que o estudo do sofrimento psíquico entre professores de instituições de ensino superior públicas no Brasil se justifica por algumas razões. Em primeiro lugar, pela necessidade de se levantar as situações que desencadeiam esse sofrimento psíquico no trabalho. Em seguida, pela importância de mapear as consequências individuais, coletivas e organizacionais que elas trazem. E ainda pela contribuição que pode advir para o entendimento de como esses sujeitos vivenciam essas situações e quais ações colocam em prática para fazer face a elas.

Entender a subjetividade e a intersubjetividade relativas ao trabalho docente permite compreender a consciência do trabalhador sobre a negação ou racionalização do sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho (VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013). As respostas individuais ou coletivas mapeadas, a partir da análise fundamentada na psicodinâmica do trabalho e na sociologia clínica, podem contribuir como elementos emancipadores tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Também possuem potencial de levar a práticas de gestão capazes de antecipar situações que provocariam sofrimento psíquico e seus consequentes resultados.

De tal modo, a pesquisa que embasou esse artigo foi estruturada a partir das seguintes perguntas de investigação: a) Quais situações desencadeiam sofrimento psíquico no trabalho entre professores(as) de universidades públicas federais bra-

sileiras? b) Como esses professores(as) vivenciam essas situações e quais ações colocam em prática para fazer face a elas?

O texto aqui disposto está organizado em cinco seções. A primeira delas é esta Introdução, na qual foi explanado o cenário geral dos adoecimentos ligados ao trabalho e apresentada a relevância da pesquisa e as perguntas de investigação. Na segunda seção são tecidas considerações sobre as duas abordagens teóricas utilizadas para a análise dos dados construídos a partir do trabalho de campo. Na terceira seção são feitos esclarecimentos sobre a abordagem metodológica e as estratégias de investigação. A quarta seção contempla a análise dos dados. Nela os conceitos teóricos são articulados com as falas dos entrevistados. Ao final deste mesmo espaço já serão respondidas as perguntas de investigação. Por fim, são feitas algumas considerações finais, apontando-se também os limites do estudo.

Referenciais teórico-epistemológicos que ancoram a análise

A seguir, são apresentados elementos centrais das duas abordagens teórico-epistemológicas nas quais este estudo está ancorado: a sociologia clínica e a psicodinâmica do trabalho.

Vale ressaltar que esta opção teórico-epistemológica é uma entre tantas outras possíveis que pesquisadores e pesquisadoras podem abraçar para compreender a relação entre os seres humanos, o trabalho e as organizações. Como destaca Torres (2019), a análise dessa tríade no campo da Administração, desde os seus primórdios, em consequência da revolução industrial, privilegiou abordagens que buscam melhorias na produtividade, mesmo quando o ser humano é o centro dos estudos. A pesquisa que embasou esse artigo, no entanto, trilhou outro caminho epistemológico, se distanciando do *mainstream* deste campo acadêmico para tentar compreender, por lentes teóricas críticas ao *status quo*, as razões pelas quais os professores trabalhadores em uma universidade federal sofrem psiquicamente no seu trabalho, o que pode resultar em uma perda da motivação em relação ao crescimento profissional e pessoal, ou até mesmo em um desencantamento com o exercício da profissão. De maneira alinhada a essa opção epistemológica, busca-se

entender como a interação de diversos fatores do contexto do trabalho docente de uma universidade pública impactam o sujeito e engendram o adoecimento psíquico. Assim, o estudo abrange não apenas fatores do ambiente organizacional, como também conjunturas sócio-econômicas e políticas nacionais e internacionais que tenham incidência neste ambiente de trabalho.

Por questões de coerência epistemológica, mas também de limitações de espaço, decidiu-se não incluir neste artigo análises que, se por um lado dialogam com os achados aqui apresentados, como a tese de doutorado de Paula (2015), centrada na lente teórica fornecida pela Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), por outro divergem fundamentalmente de nossas premissas teóricas. Isto porque os modelos de QVT, sem entrar no mérito sobre diferenças entre eles, se propõem a serem práticas gerenciais para dotar os trabalhadores de condições psíquicas e emocionais com objetivo de atender metas de produtividade e eficiência das empresas.

A base teórico-epistemológica aqui seguida centra-se na visão de que a gestão contemporânea neoliberal “corrobora para a geração de angústia [e adoecimento dos indivíduos] ao negar os conflitos existentes entre o objetivo das pessoas e os objetivos das empresas”, pois para as empresas não há outra lógica a não ser a alta rentabilidade e produtividade (Torres, 2019, p.128). Ressalte-se que as universidades públicas brasileiras operam, desde a década de 90, sob a égide da gestão empresarial neoliberal (Mancebo, Maués & Chaves, 2006). Entende-se que o paradoxo entre o que é apregoado pelas teorias de gestão – incluindo os modelos de QVT – e a prática da gestão neoliberal sobre os trabalhadores (Gaulejac & Hanique, 2015), afasta a proposta do presente artigo dos estudos de QVT. A orientação teórico-epistemológica adotada visa, em última instância, colaborar para compreender os fatores do trabalho que distanciam os indivíduos de sua emancipação como seres humanos, para os quais o trabalho é constitutivo da formação psíquica e da realização pessoal (Dejours, 2012).

A SOCIOLOGIA CLÍNICA

A sociologia clínica, ou psicossociologia, constituiu uma abordagem das ciências humanas e sociais que visa reunir dimensões diversas que perpassam o indivíduo para compreendê-lo em sua complexidade. Assim, promove-se a compreensão dos fenômenos humanos por meio da articulação entre as dimensões

psíquicas e sociais, a exemplo do que é encontrado em estudos nos campos da psicologia, da psicologia social, da sociologia, da antropologia e mesmo da economia (NUNES; SILVA, 2018).

Dessa forma, a sociologia clínica se propõe a realizar uma análise do social por meio da apreciação das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos, abordando temas como sofrimento no trabalho e conflitos internos relacionados a questões sociais e à identidade social (GAULEJAC, 2014). A sociologia clínica possui como questão-chave a interrogação sobre o lado do sujeito crivado por elementos intrapsíquicos, especialmente de natureza inconsciente, mas também pelo fato de esse sujeito estar inserido em um universo social (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Sendo assim, busca investigar as reciprocidades entre o indivíduo e o coletivo, o psíquico e o social, considerando que os fatores que incidem na saúde mental do trabalhador também dependerão das dinâmicas econômicas, ideológicas e políticas que atravessam o processo produtivo.

Utilizar essa abordagem teórica para analisar a condição dos docentes de universidades federais, como é o caso deste estudo, pressupõe, então, relacionar o contexto social, econômico e político destes trabalhadores, trazendo para a análise questões legais e referentes a políticas públicas relativas ao ensino superior. Isto porque o ambiente de trabalho destes docentes depende de resoluções regulatórias e medidas que estão diretamente ligadas a decisões de instâncias que estão fora do controle deles.

A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

O objetivo da psicodinâmica do trabalho é analisar a dinâmica o funcionamento dos processos psíquicos ativados pelo confronto do sujeito com a realidade do trabalho. Enfoca-se o sofrimento e o prazer no trabalho, e a sua organização (SELIGMANN-SILVA, 2011; PENA; REMOALDO, 2019), considerando suas dimensões (BOUYER, 2010) e os “processos intra e intersubjetivos mobilizados pela situação de trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 149).

A relação entre o indivíduo e a atividade laboral é composta pela organização do trabalho de um lado e, de outro, por um indivíduo dotado de uma personalidade, uma história de vida e um aparelho psíquico que o transformam em um ser único, que responderá de maneira singular no ambiente no qual a atividade laboral é de-

envolvida. Assim, busca-se analisar a dinâmica psíquica do indivíduo frente ao real e face às situações efetivas enfrentadas na atividade.

Esta abordagem teórica utiliza as categorias de organização do trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito é tudo aquilo que está relacionado a uma instituição de trabalho imposta, que se “traduz no planejamento, nos objetivos das tarefas, regras comportamentais, normas, gerenciamento, pressões e regulamentos de modos operatórios” (FLEURY; MACÊDO, 2013, p. 160). O trabalho real é dado pelo que, na situação concreta da atividade, desafia a prescrição, requerendo do indivíduo o uso da criatividade para exercer seu ofício plenamente. (FLEURY; MACÊDO, 2013)

Quando a organização do trabalho impõe grandes limitações para que os indivíduos possam criativamente exercer sua atividade para superar a defasagem entre prescrição e realidade, pode acontecer o adoecimento. Importante ressaltar que essa linha teórica utiliza o conceito de equilíbrio entre o sofrimento e o prazer advindos da atividade laboral. Ela considera que todo trabalho gera sofrimento, que pode ser criativo ou patogênico. Quando o indivíduo transpõe com sucesso a lacuna existente entre a prescrição e a realidade, ele tira proveito de seu sofrimento para sua realização pessoal, crescimento e amadurecimento psíquico, trazendo a ele o prazer que compensa aquele sofrimento. Ao contrário, quando o indivíduo não consegue recursos internos para essa transformação, devido à pressão elevada originada nas condições da organização do trabalho, seu equilíbrio psíquico fica comprometido, e isto pode levar ao adoecimento mental ou a doenças psicossomáticas (FLEURY; MACÊDO, 2013). Dessa forma, o desenvolvimento de adoecimentos depende fundamentalmente da organização do trabalho e como esses trabalhadores percebem e respondem a ela, considerando sua integração ou não a um espaço social coletivo (DASHTIPOUR; VIDAILLET, 2020).

O sofrimento começa, então, quando a relação homem-organização do trabalho está saturada, ou quando o indivíduo já se utilizou de todas as suas capacidades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação a um entorno laboral. Portanto, o que se identifica é que não há mais a possibilidade de diminuir o nível de tensão, e daí começa o sofrimento (DEJOURS, 1992, 1999, 2010). Este nível de tensão dos indivíduos com relação às suas experiências laborais acarreta alterações psíquicas nos trabalhadores, o que afeta também a instância pessoal.

A lente teórica da psicodinâmica do trabalho permite, neste estudo, identificar os estressores da organização interna do trabalho nas universidades públicas que trazem como consequência os problemas psíquicos expressados pelos entrevistados. Como mencionado acima, as resoluções políticas e econômicas do ambiente macrossocial são decididas em âmbito governamental. No entanto, elas afetam diretamente o cotidiano dos docentes, na medida em que levam à sobrecarga de trabalho por falta de contratação de pessoas, de investimento na infraestrutura, entre outras medidas que serão descritas a seguir.

O PROFESSOR E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

A profissão docente é uma das categorias profissionais mais expostas a ambientes conflituosos e de altas exigências no trabalho. Alguns fatores estressores estão diretamente ligados à profissão, enquanto outros são derivados do próprio contexto em que o trabalho deste profissional é realizado (ALVES; NETO, 2019). Ao tratar dos docentes em instituições de ensino superior, deve-se levar em consideração algumas características que estão presentes neste tipo trabalho, como: a qualidade da relação com as chefias, colegas e alunos, presença de recursos necessários para o trabalho, desejo de mudar de profissão e percepção de saúde. Para Baptista et al. (2019) estes fatores estão mais presentes nas instituições públicas e a prevalência destes fatores nestas instituições pode levar este profissional a sofrimentos psíquicos como a Síndrome de Burnout.

Baptista et al. (2019) destacam também que a situação dos professores de instituições de ensino superior públicas no país revela as incertezas e inseguranças da profissão, o individualismo e a grande carga horária. Ela evidencia também a presença de alguns fatores específicos de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas como, por exemplo, a heterogeneidade e a diversidade de instituições e a flexibilidade que se faz necessária para conseguir transitar com maior “facilidade” pelas diversas áreas de ensino.

Segundo Lima e Lima-Filho (2009), nas universidades públicas a precarização das condições de trabalho dos docentes é mais presente devido às leis do mercado expressas na orientação dominante na política educacional, que impõe à universidade pública constrangimentos que vão desde mecanismos de concorrência usados para adequá-la à lógica do mercado, até a ameaça pura e simples de privatização.

O ideário neoliberal que postula a abertura à iniciativa privada de setores de direitos sociais, conquistados duramente pelas lutas das classes trabalhadoras durante décadas, começa a se desenvolver nos países centrais do capitalismo na década de 1970. No Brasil, a sanha privatista se acelera ao longo da década de 1990, sob orientação de organismos internacionais de financiamento multilaterais a serviço dos estados capitalistas centrais. A nova ordem reconfigura as universidades públicas, que passam a ser não mais “uma instituição social, em moldes clássicos, mas uma organização social neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva” (Mancebo, Maués & Chaves, 2006, p. 43). A repercussão desse novo modelo redundou, entre outros fatores, na racionalização dos recursos, com a delegação de responsabilidades públicas para entidades privadas, a fim de substituir “ou complementar as responsabilidades com a educação superior que os governos se desincumbiram. Além disso, houve, a partir do novo modelo, a adoção de avaliações gerenciais para controlar o sistema educativo, reformas curriculares e “profundas modificações no trabalho docente”. (Mancebo, Maués & Chaves, 2006, p. 44).

Oliveira, Pereira e Lima (2017) registram que na lógica das instituições públicas encontram-se alguns pontos específicos. O primeiro é que o ensino, a reflexividade e o pensamento crítico sempre foram marcas distintivas do saber produzido e difundido nestas instituições. Contudo, cederam lugar à reprodução, expressa pela enorme quantidade de artigos que pouco acrescentam efetivamente de novo em suas áreas de saber, convertendo-se apenas em uma moeda de troca por pontos de publicação. Segundo os autores, alguns professores acabam por se afastar das atividades de ensino, estágio e extensão, e, também, dos alunos, para se concentrarem nas tarefas “mais nobres” de preparação de textos para congressos e publicações. Neste cenário, há um evidente aumento da sobrecarga de trabalho para os docentes, e torna-se corriqueiro trabalhar para além das 40 horas semanais que constam no contrato, sendo a jornada laboral estendida para os fins de semana, ocupando as horas de lazer e repouso.

Todo esse contexto faz com que o Brasil se torne um dos países que possuem altos índices de problemas de saúde, desânimo e insatisfação entre os profissionais na docência superior, em especial em instituições públicas (COSTA; JÚNIOR; TORRES, 2017). Esses problemas de saúde, sobretudo aqueles relativos ao

sofrimento psíquico, são analisados a seguir. Antes, cabem esclarecimentos sobre a abordagem metodológica e as estratégias de investigação adotadas na pesquisa que embasou esse artigo.

Abordagem metodológica e estratégias de investigação

A pesquisa que embasou esse artigo adotou uma abordagem metodológica qualitativa, uma vez que esta é mais adequada à compreensão dos significados das experiências vivenciadas pelos indivíduos e das características situacionais que enquadram essas experiências segundo a visão deles (LAKATOS; MARCONI, 2002; HAGUETTE, 2013; FLICK, 2018).

Os dados foram construídos por meio de entrevistas semiestruturadas (HAGUETTE, 2013) de tipo compreensiva (KAUFMANN, 2013). Foram realizadas entre junho e setembro de 2023 um total de 17 entrevistas com professores de graduação e de pós-graduação de cursos variados, de uma universidade pública federal brasileira da região centro-oeste do país. O critério para a escolha desta instituição foi o da conveniência, uma vez que uma das autoras do artigo possuía facilidade de acesso aos docentes, mesmo para abordar um tema tão sensível.

Todas as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e totalizaram 655 minutos de gravação. O tempo médio das entrevistas foi de aproximadamente 40 minutos.

Vale ressaltar que a pesquisa seguiu todos os princípios éticos exigidos pelas regras acadêmicas, que têm como objetivo preservar o participante da pesquisa em Ciências Sociais e Humanas para que a investigação não lhe cause nenhum risco ou dano, conforme Guerriero e Minayo (2019). Antes da realização das entrevistas, houve um contato prévio com os professores(as) via telefone, no qual foi informado o tema da pesquisa e a abordagem do estudo, em linhas gerais. Neste contato, foi solicitada, e obtida, a autorização para a gravação das conversas.

Quanto ao plano de gestão dos dados, as gravações foram parcialmente transcritas pela própria entrevistadora e guardadas em uma pasta no Google Docs para o uso exclusivo dos autores desse artigo. No registro das entrevistas, foram atribuídos nomes fictícios aos professores(as), com o objetivo de preservar

a identificação dos participantes do estudo. Por isto, é impossível, em qualquer tempo, saber quem foram os entrevistados(as) e em que curso ou unidade pública de ensino superior trabalham, mesmo a partir do acesso aos dados brutos da investigação.

A seleção dos entrevistados(as) seguiu a técnica da “bola de neve”, em que a partir das primeiras entrevistas realizadas com pessoas da rede de contato da entrevistadora e de um dos co-autores desse artigo, os próprios entrevistados(as) indicam outras pessoas conhecidas com perfil adequado e dispostas a participar da pesquisa.

Importante acrescentar que, em diálogos anteriores com os entrevistados(as) e, também, após a gravação das entrevistas, foi possível extrair algumas informações e percepções por meio da observação direta seu local de trabalho. Esta observação foi considerada relevante para o estudo, pois colaborou na interpretação dos sentidos das experiências vivenciadas pelos sujeitos entrevistados (HAGUETTE, 2013), bem como para a análise dos significados que o sofrimento psíquico tem para que eles tomem certas atitudes que acreditam serem as mais adequadas para o momento. Os aspectos importantes do que foi dito nestas ocasiões foram anotados posteriormente e incluídos entre os dados construídos na pesquisa.

Este estudo assumiu a postura epistemológica própria da sociologia clínica e da psicodinâmica do trabalho de reconhecer como legítima e verdadeira a realidade tal como vista e contada pelas narrativas dos sujeitos, reconstruídas por meio das entrevistas (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). No entanto, não se utilizou da intervenção clínica preconizada pelas duas abordagens, dada às suas complexidades e exigências de formação e preparação específica para tal.

A alternativa de desenvolver o estudo contemplando apenas os aspectos teóricos para compreender a situação dos sujeitos foi considerada legítima por uma das mais importantes pesquisadoras da abordagem de psicodinâmica do trabalho no Brasil, Ana Magnólia Bezerra Mendes (MENDES, 2007). Para a autora, mesmo sem intervenção, os estudos que registram e analisam o adoecimento mental relacionado ao trabalho são relevantes para a pesquisa em psicodinâmica do trabalho. Ana Magnólia Mendes foi fundadora, em 2007, do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, ligado à Universidade de Brasília (UnB), sendo

por dez anos a sua coordenadora. Atualmente, segue atuante em diversas atividades ligadas a este campo de estudos e intervenção, tanto no Brasil como no Exterior. Dito isto, compreendemos que, por meio das entrevistas compreensivas e da observação direta, foi possível trazer colaborações relativas ao sofrimento psíquico no trabalho docente e às ações postas em prática pelos sujeitos para o seu enfrentamento.

Por meio do método das narrativas de vida (BERTAUX, 2010; 2014), prática de escuta bastante utilizada na sociologia clínica, foi possível compreender alguns episódios de experiências vividas pelos entrevistados(as). Eles são apresentados a seguir.

Apresentação e análise dos dados

Ao final das 17 entrevistas, percebeu-se que alguns temas se tornaram recorrentes nas narrativas dos entrevistados. A análise dos dados em articulação com a pesquisa bibliográfica nos permitiu compreender que a maioria das queixas dos docentes são decorrentes da organização e de condições do trabalho que, gradativamente, vêm passando por reformulações e precarizações de diversas ordens. A relação dos docentes com seus pares, com alunos e com as hierarquias e regulamentos, nesta organização do trabalho, como veremos pelas falas dos entrevistados(as) registradas a seguir, traz um desequilíbrio psíquico que tem levado a adoecimentos mentais e psicossomáticos, como relatado por eles(as). A partir da psicodinâmica do trabalho, podemos inferir que os entrevistados(as) para este estudo passam, constantemente, por descompensações psíquicas, não conseguindo transformar seus sofrimentos psíquicos no desenvolvimento das suas atividades em sofrimento criativo. Conforme apontam Fleury e Macêdo (2013, p. 160), “a organização prescrita do trabalho, composta por regras e normas ligada à lógica da produtividade, tende a ser desconectada das necessidades e desejos das pessoas e das atividades reais do trabalho”, acarretando, assim, o desequilíbrio psíquico que desencadeia adoecimentos.

A constante precarização do trabalho dos docentes federais é decorrente do desmonte da educação superior federal pública, especialmente a partir dos anos de

1990. Fleury e Macêdo (2013, p. 152) analisam que a crise econômica dos países capitalistas neste período histórico levou à “culpabilização do Estado (...), [que foi] acusado de ineficiente e [de ser] marcado pelo privilégio”, devendo assim ser reduzido a um Estado mínimo para deixar passagem livre para a atuação do setor privado, inclusive em áreas básicas como educação e saúde, objeto de lutas sociais para sua transformação em direitos. Conforme Fleury e Macêdo (2013, p.153), “as universidades no Brasil (...), principalmente as federais, passam a vivenciar as transformações advindas desta nova lógica [neoliberal, de livre mercado] e tentam se adequar a ela”. Neste sentido, os autores explicam que uma série de dispositivos legais foram sendo criados para ampliar o espaço para atuação de instituições privadas de ensino superior e, ao mesmo tempo, encolher os recursos destinados às universidades federais. Pouco a pouco, foram promovidas mudanças que alteraram a “função do Estado perante a educação superior, assumindo o controle e a avaliação das IES e se desvinculando do seu papel de mantenedor” (FLEURY; MACÊDO, 2013, p. 154).

Internamente, as universidades públicas federais foram incorporando a lógica produtivista e mercantilista da gestão das instituições privadas, adotando indicadores de produtividade. Ao mesmo tempo, com a redução orçamentária federal para o ensino superior, houve aumento da disputa por recursos entre as universidades federais, levando o sistema todo a uma deterioração generalizada, em relação a investimentos em infraestrutura, expansão do quadro de docentes e funcionários administrativos e remuneração dos trabalhadores, incluindo docentes.

Este cenário macroeconômico e político incide diretamente no cotidiano dos docentes, conforme já tratado neste artigo. Como ensina a abordagem da sociologia clínica, os trabalhadores são perpassados pelos seus contextos sociais e econômicos, que podem ser os fatores de sua desmotivação e de insatisfações intensas pelo trabalho, no qual não mais se reconhecem enquanto indivíduos que realizam plenamente sua profissão. Há, neste sentido, uma ruptura entre sua identidade e a identidade social a qual, até pouco tempo, pertenciam.

Neste estudo, foram identificadas quatro categorias que expressam a presença do sofrimento psíquico no trabalho segundo as experiências dos docentes entrevistados. São elas: a) Local de trabalho e sua precarização; b) Relações interpessoais e ambiente social da universidade; c) Contexto político, econômico e social; e d) Produtivismo acadêmico e seus efeitos. Nos depoimentos dos entrevistados(as),

em todas as categorias, podemos confirmar a dinâmica pessoal de angústia e desmotivação relacionada a condições pertencentes à organização do trabalho.

CATEGORIAS QUE EMERGIRAM DO CAMPO

Local de trabalho e sua precarização

Esta categoria evidenciou local de trabalho e sua precarização como sendo uma questão estrutural, assinalando a falta de apoio financeiro do Estado como um dos grandes problemas das universidades públicas federais atualmente. Foram apontados fatos como o desmantelamento destas instituições de ensino por parte dos governos, dificultando assim o trabalho, tanto dos professores, quanto da administração, e até mesmo prejudicando o ambiente para os alunos.

Importante salientar que durante as entrevistas que foram realizadas pessoalmente no *campus* foi possível observar que grande parte do mobiliário da universidade estava estragado e sem a devida manutenção. Isto também se apresentava na estrutura predial. Constatou-se também que alguns professores compartilhavam suas salas com até 3 colegas, tornando assim impossível o atendimento aos alunos quando todos estavam juntos na universidade.

Foi possível observar a precarização na estrutura por meio de relatos como: *“Faltam recursos humanos para o trabalho de pesquisa, e estrutura mesmo, de laboratórios, pois os laboratórios que existem são pequenos e não há técnicos contratados”*. Ou ainda no seguinte trecho de uma entrevista transcrito abaixo:

“Hoje as universidades federais não estão fornecendo uma estrutura física adequada, tanto para os docentes quanto para os alunos. Por exemplo: meu curso funciona em um prédio que não tem um espaço, um banco, um local, uma sala, para que esses alunos fiquem nos intervalos das aulas”.

Alguns professores chegaram a relatar que o advento da pandemia do Sars Covid-19, trazida pela corona vírus, e a possibilidade de realizar mais tarefas online, foi de certa forma algo benéfico. Isto porque consideram que em suas residências possuem estrutura para trabalhar melhor do que na própria universidade.

Os relatos corroboraram os estudos de Lima e Lima-Filho (2009), que apontam que não só as mudanças fisiológicas e bioquímicas afetam estes profissionais. A infraestrutura física também os atravessa de várias formas: insuficiência de pes-

soal, sobrecarga de trabalho, falta de materiais, equipamentos, apoio administrativo e ambiente inadequado. A precarização relativa à falta de materiais e até mesmo com relação aos salários dos professores fica evidente nos seguintes depoimentos:

“Estes dias atrás precisei de materiais como cartolina, régua e pincéis para elaborar e realizar uma aula com dinâmica participativa dos alunos [...]. Resumo dos fatos: tive que comprar com o meu dinheiro, pois queria fazer algo diferente na aula, com uso de metodologia ativa, então fui lá e comprei”.

“Com relação ao econômico, nós professores estamos com salários congelados desde 2012. [...] Então é aquela história, eu tinha carro e não tenho mais, não tenho condições de manter. É toda uma questão de deterioração de padrão de vida que o salário não consegue acompanhar”.

Estes depoimentos sobre a falta de recursos financeiros e até mesmo de pessoal corroboram as análises de Serva, et al. (2016). Os autores ressaltam que a institucionalização da ciência, a profissionalização da ciência, resulta em consequências de ordem socioeconômica. Há uma necessidade de recursos financeiros para a pesquisa. Quando esses recursos não são alocados têm-se muitas dificuldades para a atuação profissional do professor-pesquisador. Em consequência, temos professores desmotivados e frustrados, como atesta seguinte trecho da narrativa de um docente entrevistado: “*Muitas das vezes tudo isso [as condições inadequadas de trabalho, a falta de recursos para a pesquisa, etc.] resulta em desgastes, frustrações e indignações...*”.

Analisando os relatos dos entrevistados(as) percebe-se que não somente as questões ergonômicas podem levar o indivíduo a adoecer. No caso dos professores(as), o fato de em diversas ocasiões não possuírem o mínimo para realizar o trabalho tem consequências não apenas no corpo físico, mas também no aparelho psíquico. Muitos deles(as) relataram a exaustão, tanto física quanto mental, ao tratarem das condições degradantes do ambiente de trabalho.

Em síntese, a partir da experiência dos professores(as) da universidade pesquisada foi possível constatar que a precarização do ambiente de trabalho na instituição impacta de maneira severa o exercício da profissão, uma vez não se dispõem do mínimo necessário para a realização das atividades. Além deles(as), como foi sinalizado nos depoimentos, os alunos(as) sofrem com a queda da qualidade das aulas a que teriam direito.

Relações interpessoais e ambiente social da universidade

Nesta categoria foi possível perceber que as questões pessoais e relacionais entre os professores(as) é um tema extremamente sensível, estando presente em todas as entrevistas independentemente do curso e do campus a que o professor(a) pertence.

Um ponto importante que este trabalho trouxe como contribuição se refere a como a vaidade acadêmica se faz presente entre os(as) docentes, como fica evidenciado na seguinte fala: *Dentro da universidade a gente tem um show de vaidades*”. Ou no trecho de uma entrevista transcrito abaixo:

“Já observei, em momentos, professores se julgando melhores que os outros por possuírem um projeto de pesquisa financiado, ou até mesmo por terem mais pós-graduações do que os demais. Vejo também uma competição por maior número de artigos, ou por ser mais conhecido na IFES e no mundo acadêmico”.

Há também a segregação por grupos. Os entrevistados(as) sinalizaram para a existência de 3 grupos distintos de professores dentro da universidade. O primeiro grupo é formado pelos(as) profissionais que eles consideram ter uma boa convivência e que trocam experiências e reconhecimento entre si. O segundo grupo é composto por professores(as) que são indiferentes, muitas vezes citados como “nem cheira, nem fede” ou “professor auleiro”, ou seja, aquele que só dá sua aula e vai embora, raramente participando das assembleias. Por fim, o terceiro grupo é constituído pelos “amigos do rei”. Esta divisão, em grupos faz com que os(as) docentes se estressem com maior frequência, pois muitas vezes os próprios colegas de curso não possuem uma interação, mínima que seja, e não conseguem trabalhar como um coletivo, pensando apenas em si próprios. Isso faz com que certos(as) docentes experienciem a rejeição, a falta de reconhecimento, frustrações, conforme é possível perceber nos trechos das narrativas dispostos a seguir:

“Por conta da competição sempre me pergunto se compensa fazer tudo o que eu faço aqui. [...] Por vezes acho que não vale a pena e que também não fiz o suficiente. [...] Tenho zero reconhecimento...”.

“Infelizmente o ambiente de trabalho não é tão salubre e amistoso como muitos imaginam”.

“Para mim isso é muito esquisito [...]. Oh raça ruim de gente! A gente falta tacar pedra uns nos outros, é uma coisa de louco!”

Por essas falas foi possível constatar o excesso de individualismo da profissão, o que faz com que os professores(as) tenham incertezas e insegurança. Isto corrobora os achados dos estudos de Baptista et al. (2019), Mahnic e Oliveira (2022) e Pena e Romoaldo (2019).

Além disto, os relatos evidenciam a inexistência do reconhecimento entre os pares, ou que esse reconhecimento vem apenas daqueles que são considerados “do grupo”, o que causa um grande desconforto entre os(as) docentes. Essa falta de reconhecimento entre colegas de trabalho já foi apontada por diversos autores como algo que resulta num sofrimento psíquico no trabalho para o indivíduo (GERNET; DEJOURS, 2009; SELIGMAN-SILVA, 2011; AREOSA, 2021). Isto porque o papel do reconhecimento é de extrema importância, uma vez que é capaz de fazer com que o sofrimento se transforme em prazer (DEJOURS, 2010).

A partir de tais depoimentos pode-se estabelecer, também, uma relação entre os achados deste estudo e os argumentos apresentados por Oliveira, Pereira e Lima (2017). Os autores destacam que os temores dos professores de instituições públicas frente às cobranças por produção acadêmica reforçam as lógicas individualistas, especialmente quando tratamos de número de publicações e qualidade destas produções. Foi possível confirmar ainda, com Baptista et al. (2019), que a qualidade da relação com as chefias, colegas e alunos, representa um dos fatores que podem levar o professor ao sofrimento psíquico.

Contexto político, econômico e social

Na pesquisa que embasou este artigo levou-se em conta também o contexto nacional que circunda a realização do trabalho dos(as) docentes. Conforme aponta Seligmann-Silva (2011), a natureza conjuntural e estrutural do ambiente, as dinâmicas sociais, econômicas e políticas influenciam e podem determinar processos de desgaste humano dos trabalhadores, de forma direta ou indireta.

Notou-se que esta categoria foi bastante recorrente nas entrevistas. Os professores(as) faziam questão de abordar o assunto de diversas formas, principalmente com relação ao contexto político do país. Falavam de cortes de bolsas, de finan-

ciamentos para a pesquisa, do sucateamento das universidades públicas, conforme já apontado em outra categoria. Ao abordarem estes aspectos contextuais, eles(as) relataram sentir um maior sofrimento psíquico evidenciado por meio de ansiedade, depressão, medo e pânico. Isso fica claro nos depoimentos destacados abaixo:

“Sentia um pânico de perder o emprego. Era incrível, mesmo sabendo que sou concursado e efetivo...”.

“Com o golpe de 2016 e o Bolsonaro³, eu fiquei na universidade como que sobrevivendo com aparelhos. Era uma tristeza tamanha...”.

Aqui vemos nitidamente as incertezas e insegurança que a profissão proporcionou no período citado pelos entrevistados(as), trazendo sofrimento a estes(as) profissionais mesmo estando em uma instituição pública que supostamente lhes confere estabilidade. Isto reforça os achados do estudo de Baptista et al. (2019).

Um entrevistado chegou a relatar que teve que pedir um afastamento, com licença remunerada, por quatro meses, para conseguir lidar um pouco melhor com tudo o que estava acontecendo no país. Ele destacou que sentiu muita desesperança e que nunca imaginou que um governo (citando o governo Bolsonaro) poderia lhe deixar assim, “*numa deprê geral*”, por não ter perspectiva de um futuro seguro, um horizonte que pudesse aliviar ao menos um pouco a sensação de desespero. Ele chegou a se emocionar ao reconhecer que chegou ao ponto de sentir um mal-estar tanto físico quanto psíquico.

Foi possível notar também que o sofrimento dos professores(as) vinha não só do contexto político que lhes afetava diretamente. Eles(as) se sentiam igualmente impactados pelo que esse contexto causava nos alunos(as), como fica evidente no trecho da narrativa destacado a seguir:

“Outro fato foi a pandemia, que também afetou o social, o econômico, a saúde, assim vários aspectos, não é? Foram momentos bem difíceis! Então todo esse clima acabou interferindo no ânimo de todos, não só dos professores, mas dos alunos também. [...] Eu acho que desde que voltamos da pandemia, os alunos se mostraram mais apáticos, tem

3 O golpe ao qual se refere o entrevistado é o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a gradativa ascensão de forças sociais e políticas de extrema direita e ultraliberais, que têm entre seus valores socioeconômicos básicos a redução da participação do poder público para o provimento da garantia de direitos sociais, como a educação, além do desprezo e da violência em relação aos grupos minorizados.

todo esse contexto social, não é? Tem também as Fake News, os maiores desafios no mercado de trabalho, então com certeza o contexto sociopolítico e econômico do país influencia muito no nosso trabalho”.

Assim como visto na revisão da literatura, é possível perceber nos relatos que os fatores socioeconômicos que circundam a organização do trabalho afetam os trabalhadores, conforme afirmam Costa, Júnior, Torres (2017). Percebe-se também como o ambiente sociocultural permeia a organização do trabalho, determinando a dignidade e a saúde mental do trabalhador. Deste modo, a realidade sócio-histórica não deve ser ignorada quando se pretende compreender e agir sobre os fatores estressores no trabalho, como destacam Selligman-Silva (2011) e Baptista, et al. (2019).

Porém, foi possível também encontrar nos dados, quanto ao contexto sociopolítico, uma perspectiva de esperança que os professores entrevistados(as) disseram nutrir com as mudanças políticas que poderiam advir dos resultados da eleição de 2023. Segundo muitos deles(as), mesmo com todo o terror que vivenciaram nos anos anteriores, ainda tinham a expectativa de tempos melhores com um combustível que os(as) motivava a seguir trabalhando.

Produtivismo acadêmico e seus efeitos

Segundos os achados da pesquisa que embasa esse artigo, nas universidades públicas federais brasileiras existem três formas de produtivismo, relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Com relação ao ensino, os(as) docentes abordaram questões como o acúmulo de disciplinas e a carga horária, que ultrapassam as 40 horas semanais. Uma das entrevistadas(os) relatou o seguinte:

“As pessoas têm a concepção que funcionário público é malandro, não trabalha, fica sem fazer nada, porque não bate ponto. Só que aquele que tem responsabilidade, que assume com ética suas responsabilidades...essa folga que as pessoas pensam, não é assim! Tem gente que assume com responsabilidade uma jornada, não vou dizer que seja cruel, mas é pesada. Ontem mesmo fiquei na universidade das 14h às 22h!”.

Nesta fala, podemos perceber a dissonância vivida pela entrevistada, que não se reconhece na identidade social criada pela narrativa de que as entidades públicas são privilegiadas, conforme mostram Fleury e Macêdo (2013). A docente vivencia o

exercício de sua profissão de modo totalmente diverso. Avalia que tem uma remuneração insuficiente, está submetida a severa carga de trabalho, além de enfrentar outras condições que caracterizam uma organização de trabalho bastante precarizada.

No que diz respeito ao produtivismo na pesquisa, os professores relataram que não sentem uma cobrança direta da universidade e sim que esta cobrança é maior por parte de cada um. Os entrevistados(as) apontaram que sentem uma maior cobrança com relação à pesquisa quando estão perto do período de progressão funcional. O sofrimento neste caso vem da dificuldade do professor(a) conciliar a atividade de pesquisa e publicação, com a sobrecarga de tarefas relativas ao ensino e às funções administrativas.

Segundo alguns deles(as), nem sempre isso fica evidente para o próprio(a) docente. Ou então ele(a) não vê outra forma de dar conta das demandas que vão se acumulando. Um dos entrevistados afirmou o seguinte: *“Se eu não fizer, ninguém vai fazer para mim. Então eu tenho que me virar e fazer tudo dentro dos prazos”*. Assim, fica clara a impotência que sentem diante da pressão produtivista que enfrentam no trabalho.

Já com relação à extensão, os professores(as) declararam possuir um maior prazer. De acordo com eles(as), por meio da extensão se relacionam com a comunidade e com os alunos(as), além de devolverem à sociedade seu conhecimento. Um entrevistado disse: *“O tempo de ensino e extensão é gratificante porque aí temos o contato com o aluno, temos o contato com a sociedade”*. *“Minha prioridade sempre foi sala de aula e extensão”*, reconheceu outro. Podemos inferir que este entrevistado vê na atividade de extensão uma compensação ao sofrimento psíquico no trabalho, evidenciando que este sofrimento é aquele denominado de criativo, ou seja, trata-se do tipo de sofrimento que psiquicamente é transformado em prazer (FLEURY; MACÊDO, 2013).

O QUE LEVA AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO E COMO AGIR FACE A ELE

Os resultados da investigação evidenciam que os docentes têm vivências de sofrimento psíquico no trabalho decorrentes, sobretudo, da precarização do local de trabalho e da falta de recursos financeiros, materiais e humanos para o desenvolvimento profissional e técnico de suas atividades. O sofrimento pode resultar também

de relações interpessoais marcadas por disputas de egos e pelo pertencimento ou não a grupos favorecidos com a proximidade da alta hierarquia da universidade. Apareceram nos achados igualmente como causadores de sofrimento psíquico o contexto socioeconômico e político, que se traduz na falta de reconhecimento do trabalho docente e em políticas públicas de valorização do ensino superior. Considera-se ser esta a resposta à primeira pergunta de investigação proposta para o estudo, a saber: Quais situações desencadeiam sofrimento psíquico no trabalho entre professores(as) de universidades públicas federais brasileiras?

A segunda pergunta de investigação refere-se a como esses professores(as) vivenciam essas situações e quais ações colocam em prática para fazer face a elas. A fim de respondê-la são feitas as considerações que seguem.

As consequências que as vivências de sofrimento psíquico no trabalho causam nos professores(as) podem ser consideradas leves, medianas e graves. As consideradas leves são negligenciadas pelos(as) docentes e se apresentam como estresse, ansiedade, dores físicas (dores na coluna, incômodo nos olhos etc.). Eles(as) buscam formas de desconpressão em atividades que lhes deem prazer, como fazer atividades físicas, conviver com amigos e a família, organizar viagens ou passeios para lugares distantes da universidade, assistir filmes, ou ainda participar em mobilizações sindicais.

Aquelas consideradas medianas dizem respeito a problemas de saúde como síndrome do intestino irritado, ansiedade e exaustão física e mental. Elas vão além do ambiente de trabalho, afetando suas vidas como um todo. Os professores(as) agem diante desses problemas tentando reduzir a autocobrança quanto às metas e o desempenho nas atividades, ou buscando tratamento junto a profissionais de saúde como médicos(as) e psicólogos(as) para enfrentar questões de ansiedade, depressão etc.

As consequências de tipo grave se referem a situações em que os(as) docentes encontram maior dificuldade para lidar com os transtornos de saúde mental relacionados ao trabalho. Nesses casos, solicitam afastamento por um período determinado a fim de realizar tratamento. Contudo, vale mencionar o caso de um entrevistado que foi diagnosticado com Síndrome de Bournout. A única maneira que este docente encontrou para solucionar o sofrimento psíquico no trabalho que lhe acometia foi pedir exoneração do cargo público.

Considerações finais

A pesquisa que embasa esse artigo se soma a outras que, igualmente, apreendem e analisam o sofrimento psíquico no exercício da profissão de docente de universidades públicas federais no Brasil. Ela aborda também as ações que, mesmo com limitações, esses sujeitos colocam em prática para fazer face às situações de sofrimento que vivenciam.

A investigação empreendida revelou que todas as categorias/fatores visualizados na revisão da literatura e nas lentes teóricas foram também encontradas na análise dos dados. Observou-se que aspectos como as relações interpessoais e o reconhecimento, além da organização do trabalho, tão destacados pela sociologia clínica e pela psicodinâmica do trabalho como fatores que podem gerar sofrimento psíquico no trabalho, se mostraram presentes nas narrativas dos professores entrevistados(as). O mesmo pode ser dito de questões relativas ao contexto social, político, econômico e tecnológico. Trata-se de fatores macrosociais que afetam a saúde do trabalhador, e do(a) docente em particular, como mostraram os estudos prévios mapeados na revisão da literatura. Porém, vale mencionar que a vaidade na vida acadêmica, uma subcategoria que faz parte da categoria relações interpessoais e ambiente social da universidade, surgiu como um resultado original dessa pesquisa. Ela não apareceu na revisão da literatura sobre o mal-estar no trabalho docente, nem é mencionada pela sociologia clínica e pela psicodinâmica do trabalho como um dos fatores associados ao sofrimento psíquico no trabalho.

A pesquisa realizada também apresenta limitações que ensejam a realização de estudos futuros. A primeira a ser mencionada diz respeito ao *locus* empírico da pesquisa e sua relação com algumas das categorias de análise que emergiram do campo. Ressalta-se, por exemplo, que parte do sofrimento psíquico no trabalho dos(as) docentes que foram entrevistados(as) está ligada à precária infraestrutura e ao sucateamento das universidades públicas federais, que se traduzem, por exemplo, na falta ou más condições dos laboratórios. Isto pode estar relacionado ao fato de a investigação ter sido realizada em uma universidade localizada na região centro-oeste, que tem sido historicamente preterida em termos da alocação de recursos em comparação com aquelas das regiões sul e sudeste. Sendo assim,

para estudos futuros recomenda-se a realização de pesquisas em universidades públicas de outras regiões.

Recomenda-se também o desenvolvimento de investigações que abordem as diferenças do sofrimento psíquico no trabalho de professores(as) dos cursos tecnológicos e docentes de cursos de humanas e sociais. Os achados dessa pesquisa sugerem que os primeiros(as) se ressentem mais da inexistência ou das precárias condições dos laboratórios, ao passo em que os últimos(as) são mais sensíveis aos discursos provenientes de políticos ou segmentos da sociedade desvalorizando o(a) servidor(a) público(a) em geral e o(a) docente das universidades federais em particular.

Também são recomendados estudos que abordem a relação entre o sofrimento psíquico no trabalho e a idade do professor e o tempo que este está lotado no curso. Investigações comparativas que explorem a dimensão de gênero são igualmente sugeridas. Por fim, pesquisas quantitativas que levem em consideração as categorias empíricas que emergiram dos dados deste estudo, no intuito de mensurar o peso de diferentes fatores no sofrimento psíquico dos(as) docentes de universidades públicas, e mesmo investigações que comparem o sofrimento desses(as) profissionais com aqueles vivenciado por professores(as) de IES privadas, bem como de docentes dedicados à pós-graduação e aqueles(as) que atuam na graduação.

A despeito dessas limitações, considerara-se que este artigo cumpri o papel de explorar um tema ainda carente de pesquisas no campo da Administração no Brasil. Ele apresenta evidências e análises que contribuem para o aprofundamento do debate acadêmico relativo à temática e para a implementação de melhoria, seja nas práticas de gestão universitária, sejam referentes à mobilização coletiva de docentes do ensino superior público ou às políticas públicas capazes de eliminar, ou ao menos atenuar, o seu sofrimento psíquico no trabalho.

Referências

Alves, M. D., & Neto, J. C. P. (2019). Sofrimento psíquico no trabalho e estresse ocupacional em professores: causas e consequências. *n*, 2(2), 40-46. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:UXA60Qvy9TQJ:scholar.google.com/+sofrimento+ps%C3%ADquico+no+trabalho&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017.

Areosa, J. (2021). Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Revista Katálysis*, 24, 321-330. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77288>.

Baptista, M. N., Soares, T. F. P., Raad, A. J., & Santos, L. M. (2019). Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(1), 564-570. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.1.15417>.

Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 3-21.

Bertaux, D. (2014). A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 250-271. Disponível em: doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17147.

Bertaux, D. (2010). Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos 2ª ed. São Paulo: Paulus, EDUFRRN, 89-118. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée. 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

Boas, A. A. V., Pires, A. A. de S., Faria, D. A., & Morin, E. M. (2021). *Indicadores de qualidade de vida no trabalho de docentes de Instituições Federais de Ensino Superior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Distrito Federal* (E. de J. Oliveira, S. C. G. de Figueiredo, E. Redin, & A. A. S. Rosa, Eds.) [Review of Indicadores de qualidade de vida no trabalho de docentes de Instituições Federais de Ensino Superior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Distrito Federal]. Editora Poisson; Tópicos em Administração – Volume 36. <https://poisson.com.br/2018/produto/topicos-em-administracao-volume-36/>

Boas, A. A. V., & Morin, E. M. (2017). Qualidade de vida no trabalho: um modelo sistêmico de análise. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, 19(2), 62-90. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/31720>

Bouyer, G. C. (2010). Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: "o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador". *Revista brasileira de saúde ocupacional*, 35, 249-259. Disponível em: [doi:10.1590/S0303-76572010000200007](https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200007).

Brasil, Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz. *No Dia Mundial da Saúde, OMS alerta sobre depressão*. Disponível em: <https://www.revistahscsm.coc.fiocruz.br/no-dia-mundial-da-saude-oms-alerta-sobre-depressao/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20OMS,17%2C4%20milh%C3%B5es%20de%20casos>.

Bueno, M., & Macêdo, K. B. (2012). A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 306-318. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010>

Casemiro, P., & Moura, R. (2025, 10 de março). G1. Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. G1. <https://g1.globo.com/google/amp/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>

Costa, N. O. D. M. F.; Júnior, P. J. C.; Torres, C. L. C. L. (2017). Qualidade de vida no trabalho: experiências vivenciadas por docentes de cursos de graduação em administração de IES privadas de São Paulo. *XX SEMEAD – Seminários em Administração*. São Paulo, 2017. ISSN 2177-3866.

Dashtipour, P., & Vidaillet, B. (2020). Introducing the French psychodynamics of work perspective to critical management education: Why do the work task and the organization of work matter?. *Academy of Management Learning & Education*, 19(2), 131-146. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amle.2018.0128>.

- Delprato, M., & Chudgar, A. (2018). Factors associated with private-public school performance: Analysis of TALIS-PISA link data. *International Journal of Educational Development*, 61, 155-172. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059317303760?casa_token=_MxfHJaGYc0AAAA:BcsiUYxiiYiMSMVQlonvwKd1OTuZdtjYP0nWOzJDYIR65euSVKVyziOKTuyBfRlj8Oh9TAdkg.
- Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Editora.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
- Dejours, C. (2010). Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. *Revista Cult*, 139. São Paulo: Bregantini. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/reencantar-o-trabalho/>.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo, tomo II, Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- De Negri, F., Cavalcante, L. R., & Franco, A. P. (2013). *Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura pública de pesquisa* (No. 1901). Texto para Discussão.
- Deus, S. D. F. B. D. (2020). Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: PRE-UFSM, 95 p. ISBN 978-65-87668-01-7.
- Fleury, A. R. D., & Macêdo, K. B. (2013). O sofrimento, as defesas e patologias de professores de uma IES pública. *FREITAS, LG Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 149-69.
- Flick, U. (2018, July 30). *An Introduction to Qualitative Research*. SAGE Publications Ltd.. <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/an-introduction-to-qualitative-research/book261109>
- Gaulejac, V. D. (2014). A neurose de classe: Trajetória social e conflitos de identidade. *São Paulo: Via Lettera*. ISBN 9788576361145. 331 G269n.Pm
- Gaulejac, V. D. & Hanique F. (2015). Le capitalism paradoxant – un système qui rend fou. Paris: Éditions du Seuil.
- Gernet, I., & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. *Clínicas do trabalho*, 61-70. São Paulo: Atlas.
- Guerriero, I.C.Z & Minayo M. C. (2019). A aprovação da Resolução CNS nºo 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde Soc. São Paulo*, v.28, n.4, p.299-310. DOI 10.1590/S0104-12902019190232 <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NktsFDpGm7mDPpc8q8J6YcD/abstract/?lang=pt>
- Haguette, T. M. F. (2013). Metodologias qualitativas na sociologia. In *Metodologias qualitativas na sociologia* (pp. 223-p).
- Heffernan, T., & Bosetti, L. (2021). Incivility: The new type of bullying in higher education. *Cambridge Journal of Education*, 51(5), 641-652. Doi:10.1080/0305764X.2021.1897524.
- James, S. L., Abate, D., Abate, K. H., Abay, S. M., Abbafati, C., Abbasi, N., Abbastabar, H., Abd-Allah, F., Abdela, J., Abdelalim, A., Abdollahpour, I., Abdulkader, R. S., Abebe, Z., Abera, S. F., Abil, O. Z., Abraha, H. N., Abu-Raddad, L. J., Abu-Rmeileh, N. M. E., Accrombessi, M. M. K., & Acharya, D. (2018). *Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 354 diseases and injuries for 195 countries and territories, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017*. The Lancet, 392(10159), 1789–1858. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(18\)32279-7](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(18)32279-7)
- Kaufmann, J. C. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Editora Vozes Limitada. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/796>.

Lee, I. (2014). Publish or perish: The myth and reality of academic publishing. *Language teaching*, 47(2), 250-261. doi:10.1017/S0261444811000504.

Liesa-Orús, M., Latorre-Coscolluela, C., Vázquez-Toledo, S., & Sierra-Sánchez, V. (2020). The technological challenge facing higher education professors: Perceptions of ICT tools for developing 21st century skills. *Sustainability*, 12(13), 5339. doi:10.3390/su12135339.

Lima, M. D. F. E. M., & de Oliveira Lima-Filho, D. (2009). Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição*, 14(3), 62-82. Disponível em: <https://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/253>.

Mahnic, C. D. L. P., & Serva, M. (2022). Ser professor de Administração em instituições privadas na Sociologia da Ciência: uma análise pragmatista baseada. *Revista de Ciências da Administração*, 24(64), 115-131. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/event/details/120/1873.

Mancebo, D., Maués, O. & Chaves, V.L.J. (2006). Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. *Educar, Curitiba*, n. 28, p. 37-53, 2006. Editora UFPR. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/4dCs7S6mLqdT3DJ8wCFcFjH/?format=pdf&lang=pt>
Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). Técnicas de Pesquisa. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas SA.

Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica Do Trabalho: Teoria, Metodo E*. Casa do psicólogo. MENDES, Ana Magnólia. Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho. Mendes, A. M. *Psicodinâmica Do Trabalho: Teoria, Método E Pesquisas*. Casa do Psicólogo, p.29-48.

Nunes, C. G. F., & Silva, P. H. I. (2018). A sociologia clínica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(12), 181-199. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.239>.

Oliveira, A. D. S. D., Pereira, M. D. S., & Lima, L. M. D. (2017). Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 609-619. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

Paula, A. V. de. Qualidade de vida no trabalho de professores de instituições federais de ensino superior: um estudo em duas universidades brasileiras. 2015. 315 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10473>
Paula, D.A.V. (2015). *Qualidade de vida no trabalho de professores de instituições federais de ensino superior: um estudo em duas universidades brasileiras*. Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG.

Pena, L., & Remoaldo, P. (2019). Psicodinâmica do Trabalho: um estudo sobre o prazer e o sofrimento no trabalho docente na Universidade Óscar Ribas. *Saúde e Sociedade*, 28, 147-159. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170487>.

Serva, M., Pinheiro, D. M., Melo, D., & Matarazzo, G. (2016). Lógicas de ação de professores em administração: uma análise baseada na sociologia da ciência. *Revista de Ciências da Administração*, 18(45), 64-78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n45p64>.

Silva, E. S. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez Editora.

Smith, N., & Fredricks-Lowman, I. (2020). Conflict in the workplace: A 10-year review of toxic leadership in higher education. *International Journal of Leadership in Education*, 23(5), 538-551. doi:10.1080/13603124.2019.1591512.

Soares, M. M., de Oliveira, T. G. D., & Batista, E. C. (2017). O uso de antidepressivos por professores: uma revisão bibliográfica. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, 7(12). Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/25>.

Torres, C.L.C.L (2019). *Em meio a hostilidades e prazeres efêmeros: um estudo qualitativo sobre a racionalidade instrumental e modelos de gestão no trabalho de publicitários*. (Tese de doutorado). Centro Universitário FEI, São Paulo/SP.

Vilela, E. F., Garcia, F. C., & Vieira, A. (2013). Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 19, 517-540. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-23112013000200010>.

World Health Organization. (2023, March 31). *Depressive disorder (depression)*. World Health Organization; World Health Organization. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>.